

15/08/2019 às 05h00

## A MP do Estado anarcocapitalista

Por **Maria Cristina Fernandes**

Jair Bolsonaro prometeu a pequenos comerciantes e empreendedores tirar a trava do Estado do caminho de sua prosperidade. Com a MP da Liberdade Econômica, o presidente vai além do cumprimento de uma promessa de campanha. Em apenas quatro meses fez passar na Câmara uma iniciativa que ameaça a capacidade regulatória do Estado e mina os freios contra o abuso do poder econômico.

### >> Leia mais:

- [Câmara conclui votação da MP da Liberdade Econômica](#)
- [Contratos prevalecerão se Judiciário aplicar MP 881](#)
- [Texto libera estratégias distintas em um só fundo](#)

PUBLICIDADE

A Câmara que, na reforma da Previdência, funcionou como um contrapeso às medidas mais radicais do governo, desta vez, se limitou a podar as selvagerias mais gritantes contra o que restou da legislação trabalhista. Sob o escudo de uma proposta que, aparentemente, não afeta a vida da população, tornou-se sócia do anarcocapitalismo que inspira a equipe sub-30 que o Paulo Guedes colocou na secretaria de desburocratização do Ministério da Economia.

O texto aprovado tem a ambição de mudar os princípios constitucionais que regem a atividade econômica. Prevê que o Estado terá uma intervenção "subsidiária e excepcional". A Constituição já prevê que o Estado apenas explore uma atividade econômica sob o imperativo da segurança nacional ou de relevante interesse coletivo. Mas estabelece que o Estado é agente regulador, devendo fiscalizar, incentivar e planejar a atividade econômica (artigo 174).

**Medida ignora que relações econômicas também são de poder**

Os meninos maluquinhos que gestaram o texto da MP nunca devem ter se perguntado se um Estado subsidiário comporta, por exemplo, a Embrapa,



**Maria Cristina Fernandes**

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor desde a fundação do jornal em maio de 2000. Foi editora de política por 15 anos do jornal. Hoje mantém a coluna semanal de política iniciada em 2000 e a coluna quinzenal 'gps' no caderno EU & Fim de Semana.

É autora do e-book "Os candidatos" (Companhia das Letras, 2014). Integrou a equipe que fundou a revista "Época". Foi editora de Política da "Gazeta Mercantil", subeditora da revista "Veja" e repórter do "Jornal do Comércio".

É formada em jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco e em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É mestre em Política Comparada pela Universidade de Paris I e em Política Latino-Americana pela Universidade de Londres.

Fale com Maria Cristina Fernandes

## Política

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Senado derruba permissão para trabalho aos domingos e feriados 🔑  
05h00

Lava-Jato apreende pen drives com ex-diretor da Braskem 🔑  
21/08/2019 às 13h45

A chancelaria de Jair Bolsonaro 🔑  
05h00

Liberdade Econômica: Senado derruba permissão de trabalho aos domingos 🔑  
21/08/2019 às 20h34

Ver todas as notícias

empresa pública que fomentou a salvação da lavoura na balança comercial. Ficam igualmente deslocadas, na definição de Estado prevista pela MP, as políticas de compras governamentais. A de merenda escolar, usada pelo Estado há muitos anos para incentivar a agricultura familiar, é apenas a mais inocente na bilionária lista de compras do Estado, de aviões a tecnologias sensíveis.

Não bastou entregar a Embraer. Trata-se agora de podar o Estado como parceiro do capitalismo nacional. A despeito de ser tratada como a carta libertária do empreendedorismo tupiniquim, fica difícil encaixar esta MP sob as asas do artigo 219 da Constituição: "O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos da lei federal."

Foram princípios como este que embasaram a criação do Fundo Soberano, em 2008. Proposto ao Congresso em projeto de lei, à luz de experiências como a da Noruega, para reduzir a vulnerabilidade financeira do país e fomentar projetos estratégicos, acaba de ser extinto pela MP 881 sem que nenhuma urgência o justificasse.

Alessandro Octaviani, professor de direito econômico da USP, duvida da eficácia da MP sobre a atividade da economia e da capacidade de a sociedade comportar um impacto tão unilateral nas relações contratuais. Por isso, espera o veto dos tribunais: "A MP não alberga as grandes questões contemporâneas de uma sociedade solidária, está em desacordo com a ordem econômica constitucional e tende a gerar litígios em série."

Para barrar a MP, o Supremo teria que fazer uma inflexão na toada liberal que vem marcando a atuação da Corte nos últimos tempos. É uma guinada mais difícil do que aquela que marca o freio no lavajatismo, exemplificado pelo 9x1 contrários à transferência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo artigo "Tempos de Weimar", do ministro Luiz Fachin, no **Valor** (12/6). Ainda está por ser gestada uma reação aos instintos primitivos do capitalismo bolsoneirista para fazer mover o Supremo nessa direção, apesar de não faltarem indícios de que a Carta foi atropelada pela tenebrosas transações desta medida,

O time sub-30 de Guedes, ignora, por exemplo, o fato de que os contratos mediam não apenas relações econômicas, mas de poder. O texto estabelece que os contratos civis e empresariais são "paritários e simétricos", ressalvada prova contrária. À luz desta MP dá para imaginar o que pode vir a se transformar, por exemplo, a terceirização dos benefícios do INSS. O governo pretende acabar com o monopólio estatal na gestão de benefícios como auxílio-doença, acidente de trabalho e salário maternidade. Apenas aposentadorias e pensões ficariam sob gestão pública.

Este é um mercado de R\$ 130 bilhões, cobiçado por todas as seguradoras do planeta. Em muitos países, a gestão desses benefícios é privada mas o diabo mora nos detalhes dos contratos que os regulam. Estado pode contratar o seguro para repassá-lo ao cidadão ou o contrato pode ser feito diretamente com as seguradoras. Ambas as alternativas, se não forem bem reguladas, abrem uma avenida para apólices que podem minar a sobrevivência de milhões de brasileiros.

O país chegou no limiar de um mercado dominado pelas grandes resseguradoras estrangeiras em que as empresas nacionais viraram quase que meras vendedoras de seguro, sem um quadro jurídico que discipline esses contratos. É nesse deserto de garantias que chega esta medida provisória com a ideia de um mundo encantado de contratos entre iguais, contrariando, mais uma vez, a norma constitucional que protege o abuso do poder econômico com vistas à "dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros".

No filme, "Eu, Daniel Blake", do cineasta britânico Ken Loach, um marceneiro de meia idade sofre um ataque cardíaco depois de perder a esposa. É proibido pelos médicos de voltar a trabalhar e, para se sustentar, vai atrás de seu seguro por invalidez. A privatização do sistema em nada desburocratizou a concessão do benefício, dificultado ao máximo. A saga

## Cobertura especial

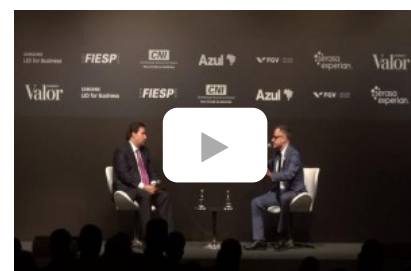


[Clique aqui](#)

Acompanhe toda a cobertura do principal desafio do governo federal para este ano. Os jornalistas do Valor revelam as negociações, as expectativas de aprovação, os bastidores e os efeitos da proposta

[Estudos técnicos e análises](#)

## Videos



Maia diz que há clima favorável no Parlamento para reformas  
21/08/2019

do personagem para obtê-lo fez do filme quase que um prenúncio do humor que marcou o Brexit, em 2018, e, no ano seguinte, colocaria Boris Johnson no poder.

No Brasil, a ordem foi inversa. A ascensão do populismo de Jair Bolsonaro precedeu o desmonte do Estado provedor. Este foi o contrato de casamento entre o presidente e seu ministro da Economia. Agora as mentes colonizadas e maluquinhas que ascenderam ao poder com Bolsonaro ou aquelas bem mais estabelecidas que fazem dele a carona de ocasião, podem, sim, se orgulhar de ter colocado o Brasil na vanguarda. Do atraso.

**Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [mcristina.fernandes@valor.com.br](mailto:mcristina.fernandes@valor.com.br)**

Compartilhar 6,5 mil

Tweet

Share

Ω

## Links Patrocinados

por Taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

LINK PATROCINADO

Dentro das mansões milionárias das celebridades brasileiras

LINK PATROCINADO

Cansou de escadas? Instalação barata de plataforma cadeirante para casas!

LINK PATROCINADO

Voos baratos de São Paulo a partir de R\$ 167

LINK PATROCINADO

Genial invenção japonesa permite falar 43 idiomas instantaneamente

LINK PATROCINADO

A casa de Sílvio Santos vai surpreender você

NEWS RELEASES | TABOOLA | LINKS PROMOVIDOS

## Decisão Legislativa

Acompanhamento de projetos

### CONGRESSO

Senadores analisam MPs com alta chance de aprovação

### CONGRESSO

MP da Liberdade Econômica tem alta chance de aprovação, prevê Cebrap

Conteúdo exclusivo do parceiro do Valor



## Edição Impressa

22-08-2019



Acesse o índice do jornal impresso e selecione as editorias e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.

